

# EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA, PARANÁ, BRASIL

*Área Temática:* Educación geográfica

Professora Dr<sup>a</sup>.: Alcimara Aparecida Föetsch  
Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de União da Vitória (Geografia)  
E-mail: alcimaraf@yahoo.com.br

Pós-Graduando: Wagner da Silva  
Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa  
E-mail: s-wagner92@live.com

## RESUMO:

A presente pesquisa problematiza o espaço agrário regional brasileiro dando ênfase à Educação tendo em vista que há a necessidade da produção de uma Geografia que compreenda o campo e sirva de instrumento para sua transformação (OLIVEIRA, 2001). De fato, o sujeito que frequenta uma Instituição de Ensino no campo deve aprender muito além dos conteúdos teóricos, pois sua realidade ultrapassa essas questões (CALDART, 2011) visto que necessita absorver os valores humanos, articular e confrontar ideias, debater e formar seu pensamento próprio para atuar no meio e na realidade que convive. Neste sentido, concorda-se com Cordeiro *et.al* (2011) quando estes afirmam que é essencial uma flexibilidade de trabalho para evitar a evasão escolar e garantir uma formação de qualidade para os educandos do campo, já que eles têm a oportunidade de conciliar sua realidade com os conhecimentos adquiridos na teoria e a instituição “escola” deve torna-se um agente de conscientização sobre a importância da população rural se articular para seu desenvolvimento. Neste cenário, discutem-se os distintos processos de construção do rural/campo no contexto brasileiro em função de um conjunto de preocupações conceituais e estruturais contemporâneas que culmina com uma reivindicação legítima por parte dos moradores do espaço agrário: um modelo de Educação específico e condizente com a realidade. Para tanto, analisa-se a aproximação entre as políticas Públicas Educacionais do Campo partindo da Pedagogia da Alternância e a forma com que estas vêm sendo aplicadas onde estão presentes as Casas Familiares Rurais (CFRs) na região de União da Vitória/PR, localizadas nos municípios paranaenses de Bituruna, Cruz Machado, Paulo Frontin e São Mateus do Sul. Parte-se, inicialmente, de uma discussão teórica que articula as políticas públicas com a Geografia Agrária na perspectiva da Educação para, em seguida, através do trabalho de campo analisar se a Pedagogia da Alternância praticada nas Casas Familiares Rurais do Núcleo Regional de Educação de União da Vitória/PR consiste em uma possibilidade viável de Educação do Campo para a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Casas Familiares Rurais, União da Vitória/Paraná/Brasil.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte de uma abordagem de investigação e análise dos atores sociais negligenciados pela sociedade brasileira, que, excluídos historicamente pelas principais políticas públicas do Estado ainda sofrem as consequências. Tratam-se dos moradores do espaço agrário que, entre outras demandas, carecem de um modelo de Educação diferenciado. De fato, nas duas últimas décadas o governo brasileiro vem adotando medidas para tentar reverter o prejuízo social através da criação de diretrizes, projetos e leis voltados para o aumento da qualidade de vida da sociedade rural, muitos, entretanto, em descompasso com a realidade do campo.

Neste sentido, a Educação do Campo emerge neste cenário de discussão e as Casas Familiares Rurais se apresentam como um interessante modelo diferenciado de ensino já praticado no Brasil, entretanto, sem grande visibilidade. Assim sendo, um estudo qualitativo sobre essa perspectiva possibilita a percepção e a compreensão do perfil do agricultor regional enfatizando a forma com que as medidas educacionais, neste caso, a das Casas Familiares Rurais (CFRs) contribuem para a melhoria na qualidade de vida e na valorização da propriedade familiar.

Sendo assim, na presente discussão apresenta-se a proposta de pesquisa, concentra-se na seguinte problematização: A Pedagogia da Alternância ministrada nas Casas Familiares Rurais da região de União da Vitória/PR pode se apresentar como um modelo de Educação apropriado para o espaço agrário regional? Para tanto, a presente pesquisa parte deste universo agrário regional e busca analisar o contexto das quatro Casas Familiares Rurais pertencentes ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de União da Vitória/PR, caracterizando e diferenciando o campo da cidade evidenciando os critérios que qualificam cada um, considerando a região de abrangência das CFRs. Em seguida, pretende-se analisar as características históricas de cada uma das CFR (Bituruna, Paulo Frontin, São Mateus do Sul e Cruz Machado), elaborando um relatório acerca de sua formação, especialização e evolução – o que tornará viável a análise da espacialidade da questão agrária regional, identificando fatores de influência na dinâmica educacional das CFR.

Entremeio a estas análises pretende-se discutir a Educação do Campo e sua relação com a Pedagogia da Alternância no contexto das instituições pesquisadas, propondo sugestões metodológicas com o intuito de melhorar a dinâmica educativa e espacial das CFRs. O presente artigo apresenta as proposições iniciais da pesquisa destacando as particularidades do espaço agrário brasileiro, em especial da região Sul, evidenciando a necessidade do desenvolvimento e do apoio a uma política educacional distinta voltada para o campo e sugerindo a Pedagogia da Alternância aplicada nas CFRs como uma possibilidade promissora de Educação para o Campo.

## 1. O ESPAÇO AGRÁRIO E SUAS PARTICULARIDADES: REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CASAS FAMILIARES RURAIS

No bojo da Ciência Geográfica há uma complexidade de campos, conceitos, temas e vertentes e levando-se em consideração que o foco principal de estudo é o espaço geográfico, percebem-se relações socioespaciais ocorrendo constantemente nos mais variados âmbitos. Dentro da presente proposta de pesquisa, o recorte geográfico abordado será o espaço agrário, principalmente do sul do Paraná e planalto Norte Catarinense, seus atores sociais e relações entre

ambos, visto que a propriedade da terra pelo camponês geralmente é alcançada através de sucessão hereditária, formando-se laços afetivos com o território.

Assim sendo, torna-se necessário analisar as relações entre campo e cidade, distinguindo-os, mas não desvinculando-os. Neste sentido, conforme documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação:

[...] se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho de sua população e sua densidade demográfica, conforme propõe Veiga (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com esse critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2%, e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficial divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural. (BRASIL. MEC/Inep, 2007, p. 07-08).

De acordo com Oliveira (2001) os camponeses do Sul do Brasil em sua maioria são proprietários das terras onde produzem, se diferenciando de outras regiões, onde existe a maioria de camponeses posseiros ou arrendatários. Destaca-se ainda a presença de muitos imigrantes europeus que foram atraídos para esta região e que formaram uma configuração ímpar quando houve a miscigenação com o caboclo brasileiro. Como o trabalho é abundante, os jovens são inseridos nos afazeres antes do que se considera “recomendado” pela legislação brasileira (OLIVEIRA, 2001). Respeitando os ritmos exercidos por cada membro da família, estes são alocados na distribuição dos trabalhos e a grande preocupação se concentra na realidade desses jovens que muitas vezes abandonam seus estudos para se dedicar integralmente ao trabalho agrícola.

Em um período em que a inclusão é um termo chave para vários setores da sociedade, abre-se espaço também para discussões dentro do setor educacional, uma vez que existem vários fatores que durante o período histórico brasileiro que inibiram e inibem a difusão da importância da educação (evasão, deficiência estrutural, falta de consciência familiar, etc.). Em 1998, foi realizada a Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, onde especialistas, educadores, governantes e sociedade em geral discutiram as melhores diretrizes para transformar a realidade apresentada até então, destacando que o campo era uma parte do mundo, e não apenas a sobra das cidades. Ficava claro que a realidade precisava ser modificada, e o campo experimentou diversas transformações nas mais variadas esferas (social, econômica, cultural e principalmente educacional). Quando o agricultor familiar torna-se um dos protagonistas sociais, elaboram-se programas e ações para integrá-lo no cotidiano do desenvolvimento.

Atualmente a educação básica no campo é vista como uma ferramenta que desenvolve não apenas o intelecto da população rural, mas também auxilia no aumento da qualidade de vida, uma vez que se torna um aliado no desenvolvimento de novas técnicas e melhores condições de trabalho dentro do espaço agrário. As propostas de educação no espaço agrário brasileiro devem ser

construídas levando em consideração o sujeito/clientela dessas instituições de ensino. Por isso, para garantir a especificidade da população do campo precisa-se levar em consideração os movimentos rurais sociais e a população rural – aquela que vivencia e conhece a realidade, no momento do traçado das diretrizes que nortearão o ensino (FREITAS, 2011).

Segundo Caldart (2011), o sujeito que frequenta uma instituição de ensino no campo, deve aprender muito além dos conteúdos teóricos, pois sua realidade ultrapassa essas questões. Ele necessita absorver os valores humanos, articular e confrontar ideias, debater e formar seu pensamento próprio para atuar no meio e na realidade que convive. Para os autores, alcançar o êxito da proposta educativa no espaço rural, deverá integrar duas peças chaves: a população deve sentir que há perspectivas e horizontes para sem alcançados, pois a lógica não funcionaria num local onde a população não desejasse permanecer, e que o desenvolvimento do campo só é possível com uma educação de qualidade amplamente disponibilizada para todo contingente populacional. Diante disso, a instituição/escola torna-se um agente de conscientização sobre a importância da população rural se articular para seu desenvolvimento.

Apesar da busca por patamares iguais, a educação no centro urbano e no espaço rural não deve ser tratada da mesma forma, pois as realidades dos sujeitos sociais são totalmente diferentes, portanto, os métodos de trabalho e ensino, abordagens e atenção devem ser diferentes, dentre tais maneiras diferenciadas de abordagem para a educação no campo, a presente proposta destaca a Pedagogia da Alternância. Segundo Cordeiro et.al (2011) o modelo da Alternância surgiu na França no período entre as duas Grandes Guerras do século XX, como alternativa para os filhos dos agricultores estudarem dentro da realidade rural do país na época, o que tornava-se uma tarefa dificultosa, pois o país sofria com a invasão alemã, mais tarde essa prática foi disseminada pelo mundo. O país latino-americano pioneiro na experiência da alternância foi o Brasil, quando em 1969 o estado do Espírito Santo recebeu pela influência de italianos, a primeira escola com esse regime, que no mesmo ano se espalhou por outros países da América do Sul. Percebe-se então que essa prática já é quase centenária, ganhou destaque em diferentes regiões do mundo com suas adaptações à necessidade de cada realidade, o que se subentende que logrou êxito.

Segundo Caldart (2011) a Pedagogia da Alternância adaptado ao Brasil já é utilizada há 30 anos em escolas rurais do Brasil, e de fato, ganha maiores atenções quando o camponês assume um dos papéis de protagonistas do rural brasileiro. Esse método surge do desejo de não cortar raízes com o trabalho da agricultura familiar. Conciliando estudos e trabalho, tal pedagogia apresenta-se como um campo fértil para investigações no sentido de como o agricultor utiliza tal ferramenta, analisando seus resultados e consequências na qualidade de vida das famílias de agricultores.

O diálogo entre o saber sistematizado na escola e o saber popular do educando é a base do processo de ensino-aprendizagem da Pedagogia da Alternância. Neste sentido, a prática oportuniza

aos educandos a possibilidade de somar os conhecimentos já adquiridos no meio rural com os oferecidos por uma educação específica visando torna-los sujeitos que compreendem as próprias vivências no espaço agrário.

Porém, não se pode conceituar genericamente a Pedagogia da Alternância, uma vez que ela envolve muito mais do que os dois momentos distintos (período de permanência na escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, vivenciam uma realidade de auto-organização e vivências, através de troca de experiências e o período em que ficam na propriedade, realizando pesquisas na sua realidade, auxiliando no trabalho da família e aplicando na prática o que absorveu na escola). É uma forma de integração entre escola, família, propriedade e comunidade do educando (CALDART, 2011), que já pode ser apontada como uma realidade marcante em alguns municípios da região sul do Paraná que possuem uma grande população voltada ao espaço rural.

Cordeiro *et.al* (2011) afirma que é essencial essa flexibilidade de trabalho para evitar a evasão escolar e garantir uma formação de qualidade para os educandos do campo, já que eles têm a oportunidade de conciliar sua realidade com os conhecimentos adquiridos na teoria. A necessidade de reaver os prejuízos sociais causados pela visão errônea sobre o campo num grande período histórico brasileiro passa pela qualidade da capacitação do futuro do espaço rural brasileiro, tratando a população rural não apenas como clientela da educação, mas sim como agente formador e atuante no processo de ensino e troca de experiências, oportunizando aos jovens e adultos do campo que possam ter acesso à educação de qualidade e condizente com seu cotidiano.

Apesar de recente no Brasil, a Pedagogia da Alternância não demorou a alcançar as diversas regiões e realidades brasileiras, encontrando no sul algumas características diferenciadas de outros recortes geográfico brasileiros. A Pedagogia da Alternância dentro da realidade dos sujeitos que habitam o rural dos municípios compreendidos pelo NRE de União da Vitória é a que mais se destaca, justificando assim a escolha por essa ferramenta de trabalho.

As Casas Familiares Rurais são instituições municipais ou regionais, que realizam a formação diferenciada dos jovens agricultores. Buscam oferecer uma formação humanitária, técnica e gerencial para os educandos, cujas famílias obtêm seu sustento das atividades econômicas primárias. Regida por uma associação local de produtores rurais, integrando a realidade do jovem agricultor com sua necessidade de aprendizado (BRASIL 2003). Fica evidente que o engajamento coletivo entre escola (poder público), famílias e comunidade são de suma importância para obter êxito nessa missão. No sul do Brasil, a ARCAFAR-SUL (Associação Regional das Casas Familiares Rurais) é que coordena o trabalho das instituições desta região. Destaca-se ainda que regionalmente podem ser feitas parcerias entre estado, município, instituições de ensino básico e superior, comunidade e empresários.

As CFRs são uma luta contra o período de esquecimento do agricultor familiar por parte do estado, visando aumentar a qualidade de vida dos sujeitos que abastecem grande parte do alimento consumido no cotidiano de toda população. Focando na questão social, é de primária importância à análise de quem são esses atores sociais que frequentam essas instituições, qual sua realidade de vivência, quais suas necessidades e ideais, quais experiências eles absorvem e repassam durante o período de aprendizado, o que pensam para o futuro.

Destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios a serem pesquisados é inferior ao IDH brasileiro que é 0,744, sendo: São Mateus do Sul: 0,719; Paulo Frontin: 0,708; Bituruna: 0,667; Cruz Machado: 0,664. Portanto, trata-se de municípios carentes de pesquisa e política pública, especialmente, destinadas aos espaços agrários.

Neste contexto, os objetivos delineados pelo Estado do Paraná para as Casas Familiares Rurais podem muito contribuir para minimizar as problemáticas regionais, são eles:

1. Oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada à sua realidade, que lhes permitam atuar, no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercer plenamente a cidadania.
2. Melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais através da aplicação de conhecimentos técnicos-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares, e através da pedagogia da alternância os jovens acima de 14 anos com 4ª série, 1º ou 2º grau nos três anos de curso recebem um diploma de formação profissional e o 1º Grau, para aos que não têm.
3. Fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, e desenvolver a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, de transformação de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente.
4. Desenvolver práticas capazes de organizar melhor as ações de saúde de nutrição e cultural das comunidades. (PARANÁ, SEED, 2014, s./p.).

De fato, deve-se tratar cada CFR de acordo com sua necessidade, respeitando contexto regional que ela está inserida, o que reflete nos educandos que a frequentam. Segundo a ARCARFAR-SUL, o estado do Paraná possui quarenta e três Casas Familiares Rurais, sendo o Núcleo Regional de Educação de União da Vitória, recorte de espaço escolhido para a presente proposta de pesquisa contemplado com quatro dessas instituições, situadas nos municípios de Bituruna, Cruz Machado, Paulo Frontin e São Mateus do Sul.

Aponta-se ainda, que todas as CFRs atendem as demandas não apenas dos municípios sedes, mas também de outros municípios integrados nas microrregiões, sendo assim, este espaço agrário regional considerando extrapola os limites destes quatro municípios. Logicamente, este modelo de Educação baseado na Pedagogia da Alternância necessita ser melhorado, porém, acredita-se que tais melhorias somente serão atingidas na medida em que tais propostas e espaços forem sendo pesquisados, discutidos e analisados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Visbiski e Neto (2004) a modernização do campo no Brasil ocorrida depois da Segunda Grande Guerra contemplou apenas uma minoria da população rural, excluindo a grande maioria que não possuíam características para se integrarem nessa nova realidade. Gerando uma enorme desigualdade, onde os filhos dos grandes proprietários são dispensados do trabalho para se dedicarem integralmente aos estudos com qualidade e os filhos dos pequenos proprietários são requisitados a abandonar seus estudos para se dedicar ao trabalho. Dentro da própria educação no campo surgem vários modelos de instituições de ensino, destacando-se as escolas faxinalenses, escolas em assentamentos, colégios técnicos agrícolas ou florestais, escolas de ensino básico com as mesmas configurações do que as escolas urbanas, e por fim, destacam-se as Casas Familiares Rurais e seu regime educacional diferenciado.

No regime de alternância, os alunos passam um período (variável, em média uma ou duas semanas) na escola e o mesmo período na propriedade dos pais. Este ciclo dura três anos. Quando está na propriedade, o jovem analisa o contexto vivido buscando perceber, juntamente com a família, as práticas assertivas, as necessidades de melhorias e desenvolvendo novas experiências. Durante o período na CFR os jovens cursam o Ensino Médio combinado com um curso técnico voltado para o meio rural, o que torna possível manifestar em grupo, com auxílio de monitores, os problemas e soluções encontrados nas próprias propriedades, além de conhecer e opinar sobre as vivências dos colegas. Sendo assim, trata-se de uma metodologia que combina períodos integrados de formação escolar com formação familiar adequando-se à realidade dos sujeitos educativos.

Destaca-se que a presente pesquisa encontra-se em seu estágio inicial na medida em que ainda estão sendo construídas e aperfeiçoadas as bases teóricas, metodológicas e empíricas. Entretanto, atesta-se sua relevância no fato de que é nítida a necessidade de se observar as carências e necessidades do espaço agrário brasileiro, sobretudo no que diz respeito às políticas educacionais que compreendam a distinta dinâmica de vida e de trabalho no campo. Dada a pouca atenção que se dá às realidades agrárias, acredita-se que a Pedagogia da Alternância ministrada nas Casas Familiares Rurais por ter seus fundamentos desenvolvidos pelos próprios atores sociais do campo pode ser aperfeiçoada e mais bem compreendida como um modelo de Educação válido e promissor para estes espaços, necessitando também de visibilidade, apoio e incentivo.

Por fim, utiliza-se das palavras de Caldart (2011) para quem a Educação do campo identifica uma luta pelo direito de todos à Educação. Assim sendo, e sabendo que a Educação é a principal ferramenta para melhoria da qualidade de vida, necessita-se investigar os verdadeiros resultados dessas iniciativas que ainda continuam e das mobilizações do ator social do campo.

## REFERÊNCIAS

**AMSULPAR.** ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SUL PARANAENSES. Disponível em: < <http://amsulpar.com.br/historico/>> (acesso 26/09/2014).

**ARCAFAR SUL.** ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS. Disponível em: < <http://www.arcafarsul.org.br/page/home>> (acesso 25/09/2014).

BISPO, C. L. de S.; MENDES, E. de P. P. Rural/Urbano e campo/cidade: Características e diferenciações em debate. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”.* Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012. ISSN: 1983-487X.

**BRASIL.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação (Inep/MEC). Panorama da Educação do Campo. Brasília: Inep/MEC, 2007. (44 p.).

**BRASIL.** MEC. Reunião do Programa de Estudos sobre a Educação Rural no Brasil. Brasília: 2003.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *In: Trabalho, Educação e saúde.* Rio de Janeiro, v. 7, nº 01, mar/jun, 2009. (p. 35-64).

CALDART, R. S. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In: Educação do campo: identidade e políticas públicas.* Caderno 4. Brasília, 2002.

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. *In: ARROYO, M. G. et.al. (Orgs.) Por uma Educação do Campo.* 5 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011, p.87-132.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In: ARROYO, M. G. et.al. (Orgs.) Por uma Educação do Campo.* 5 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011, p.147-160.

CORDEIRO, G. N. K.; REIS, N. da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. (Orgs.) Educação do Campo.* INEP/MEC, Brasília-DF: Em Aberto, 2011, v. 24, n. 85, p. 115-125.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O Campo da Educação do Campo. Referências para uma política nacional de Educação do Campo.** Caderno Subsídios, GPT, Brasília, 2003.

FREITAS, H. C. de A. Rumos da Educação do Campo. *In: MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. (Orgs.) Educação do Campo.* INEP/MEC, Brasília-DF: Em Aberto, 2011, v. 24, n. 85, p. 35-49.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Campo e cidade: rural e urbano no Brasil Contemporâneo. *In: Revista Mercator.* Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112. set. 2013.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! *In: FERNANDES, B. M. et.al. (Orgs.) Geografia Agrária: Território e Poder.* 1 ed. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2007, p. 211 a 270.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo-SP: Editora Contexto, 2001.



**PARANÁ.** Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2006.

VISBISKI, V. N.; NETO, P. H. W. Casa Familiar Rural: Uma Escola Diferente. *In: Revista Extensão Rural* DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XI, Jan – Dez de 2004, p. 105-118.